

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

**Empresa de Transmissão do Alto
Uruguai S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração Regulatório.....	1
Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis regulatórias.....	3
Balanco patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	11

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A ETAU atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A ETAU atua na região Sul e responde por 0,15% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a ETAU detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 02 subestações (SE Lagoa Vermelha 2 e SE Barra Grande) e acesso a outras duas: SE Campos Novos e SE Santa Marta, com 188 km de linha de transmissão, nas tensões entre 230kV, conforme quadro a seguir:

Subestações e Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac.Trans-form. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Subestações						
Lagoa Vermelha	n/a	230	n/a	300	17/04/2005	18/12/2032
Santa Marta (*)	n/a	230	n/a	n/a	17/04/2005	-
Campos Novos (*)	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	-
Barra Grande	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Linhas de transmissão						
Lagoa Vermelha 2 - Santa Marta - C1	Simples	230	96	n/a	17/04/2005	18/12/2032
Campos Novos - Barra Grande - C1	Simples	230	34	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Barra Grande - Lagoa Vermelha 2 - C1	Simples	230	58	n/a	24/07/2005	18/12/2032

(*) Subestações de terceiros acessadas pela ETAU.

Linha de Transmissão	RAP - R\$ mil (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
ETAU	57.205	jul-20	Junho	IGP-M

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 3.067 de 12 de julho de 2022.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada é de R\$57.205 mil para os períodos de 2023 a 2027, representando um acréscimo de 1,71% em relação a 2022, conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2022							
Linha de Transmissão	2021 (*)	2022 (*)	2023	2024	2025	2026	2027
ETAU	45.328	56.246	57.205	57.205	57.205	57.205	57.205

(*) RAP realizada.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2022	2021
Receita operacional líquida	51.914	41.333
EBITDA	45.246	33.312
Margem EBITDA	87,16%	80,59%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	25.493	18.306
Resultado financeiro	(1.054)	921
Imposto de renda e contribuição social	16.169	9.431
Depreciação	4.638	4.654
EBITDA	45.246	33.312

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$50 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separadamente, sem modificação, com data de 17 de março de 2023.

Informações comparativas – valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 29 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, contendo parágrafo de ênfase sobre a base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

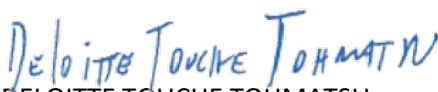
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

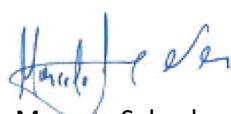
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.577	6.531
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	5.642	4.837
Impostos e contribuições sociais correntes	7	473	336
Outras contas a receber e outros ativos		924	329
Total dos ativos circulantes		26.616	12.033
<i>Ativos não circulantes</i>			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	548	312
Outras contas a receber		102	178
Depósitos judiciais		106	361
Imobilizado		96.028	98.794
Intangível		2.466	1.865
Total dos ativos não circulantes		99.250	101.510
Total dos ativos		125.866	113.543
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		1.345	809
Empréstimos e financiamentos	10	2.292	3.468
Impostos e contribuições sociais correntes	7	11.207	8.308
Taxas regulamentares		1.180	971
Dividendos e JCP a pagar	9	432	274
Outras contas a pagar		875	974
Total dos passivos circulantes		17.331	14.804
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	10	-	2.282
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	22.343	18.745
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11	257	141
Obrigações especiais		3.273	3.273
Outras contas a pagar		7.330	5.147
Total dos passivos não circulantes		33.203	29.588
Total dos passivos		50.534	44.392
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		34.895	34.895
Reserva de lucros		85.908	43.112
Dividendos adicionais propostos		-	18.879
Prejuízos acumulados		(45.471)	(27.735)
Total do patrimônio líquido	13	75.332	69.151
Total dos passivos e do patrimônio líquido		125.866	113.543

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota expli- cativa	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão		56.246	45.328
Parcela variável		(1)	(68)
Receita bruta		56.245	45.260
PIS e COFINS Corrente		(2.533)	(2.081)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.798)	(1.846)
Tributos e encargos		(4.331)	(3.927)
Receita operacional líquida	17	51.914	41.333
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(2.380)	(973)
Material		(108)	(40)
Serviços de terceiros		(2.611)	(5.141)
Depreciação e amortização		(4.638)	(4.653)
Outros custos operacionais		(124)	(45)
	18	(9.861)	(10.852)
Lucro Bruto		42.053	30.481
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(658)	(53)
Serviços de terceiros		(674)	(1.647)
Depreciação e amortização		-	(1)
Outras despesas operacionais		(113)	(122)
	19	(1.445)	(1.823)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições		40.608	28.658
Receitas financeiras		1.910	462
Despesas financeiras		(856)	(1.383)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17	1.054	(921)
Lucro antes dos impostos e contribuições		41.662	27.737
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.571)	(9.095)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.598)	(336)
Imposto de renda e contribuição social	12	(16.169)	(9.431)
Lucro líquido do exercício		25.493	18.306
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	17	0,73056	0,52460
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	17	0,73056	0,52460

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	25.493	18.306
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	25.493	18.306

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		34.895	6.979	27.916	-	24.055	(18.671)	75.174
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(24.055)	-	(24.055)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	18.306	18.306
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	8.217	-	(8.217)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(274)	(274)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	18.879	(18.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	34.895	6.979	27.916	8.217	18.879	(27.735)	69.151
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(18.879)	-	(18.879)
Reclassificação entre reservas de lucro		-	-	(27.916)	27.916	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.493	25.493
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	42.796	-	(42.796)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(432)	(432)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	34.895	6.979	-	78.929	-	(45.471)	75.332

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		25.493	18.306
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		4.638	4.654
Provisão de causas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, líquidas	11	19	110
Juros, variações monetárias e cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos.	19	511	1.236
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	12.571	9.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	3.598	336
Receita de aplicação financeira		-	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(27)	(38)
Despesa de atualização monetária de contingências	11	127	57
Provisão de parcela variável	5	1	-
		<u>46.931</u>	<u>33.756</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias		(1.041)	(415)
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(797)	(169)
(Aumento) redução no saldo de outros créditos		(217)	24
Aumento (redução) no saldo de fornecedores		536	(337)
Aumento (redução) no saldo de taxas regulamentares		209	(947)
Aumento no saldo de outras contas a pagar		2.031	3.598
		<u>722</u>	<u>1.754</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		47.652	35.510
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.012)	(6.367)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		38.640	29.143
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado e intangível		(2.472)	(228)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(2.472)	(228)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(3.424)	(5.950)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(545)	(1.255)
Pagamento de dividendos	9	(19.153)	(24.524)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(23.122)	(31.729)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		13.046	(2.814)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	6.531	9.345
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	19.577	6.531
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		13.046	(2.814)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-T").

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 25 de abril de 2023.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 23.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos tributários e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Obrigações especiais

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, pois não são condicionadas à realização financeira direta ou a qualquer retorno às fontes que aportaram recursos, e que são exclusivamente destinados à obras de expansão e melhoramento dos bens e instalações necessárias à exploração da concessão. O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador e que ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária.

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determina para fins da contabilidade regulatória que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.4. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e atualização monetária de depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos e atualização monetária de contingências.

3.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.7. Provisões para riscos tributários e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.9. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações contábeis regulatórias do Grupo em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	580	499
Aplicações financeiras	18.997	6.032
	19.577	6.531

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB	101,02% do CDI	101,38% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	6.197	5.155
Parcela variável (i)	(7)	(6)
	6.190	5.149
Circulante	5.642	4.837
Não circulante (ii)	548	312

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2022 e 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2022	31/12/2021
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.279	330	209	25	354	6.197	5.155

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora será de 50% do 15º estendendo-se, desta forma, até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

• Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021(*)			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
57.205	1.838	59.043	51.665	2.274	53.939	39.506	1.786	41.292

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

6. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto					Depreciação acumulada				Valor líquido	
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2022	31/12/2021	Depreciação incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Imobilizado em Serviço												
Transmissão												
Terrenos		1.507	-	-	-	1.507	-	-	-	-	1.507	1.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,30%	1.699	-	-	-	1.699	(724)	(56)	-	(780)	919	975
Máquinas e equipamentos	3,08%	147.799	-	-	129	147.928	(60.519)	(4.557)	-	(65.076)	82.852	87.280
Móveis e utensílios	6,45%	31	-	-	-	31	(4)	(2)	-	(6)	25	27
Total Serviço		151.036	-	-	129	151.165	(61.247)	(4.615)	-	(65.862)	85.303	89.789
Ativo Imobilizado em Curso												
Transmissão												
Edificações		331	-	-	-	331	-	-	-	-	331	331
Máquinas e equipamentos		3.569	1.027	-	(129)	4.467	-	-	-	-	4.467	3.569
Terrenos		690	-	-	-	690	-	-	-	-	690	690
Adiantamento a fornecedores (*)		311	171	-	-	482	-	-	-	-	482	311
Móveis e utensílios		5	-	-	-	5	-	-	-	-	5	5
Material em depósito		4.045	-	-	-	4.045	-	-	-	-	4.045	4.045
		8.951	1.198	-	(129)	10.020	-	-	-	-	10.020	8.951
Administrativo							-	-	-	-		
Edificações		22	59	-	-	81	-	-	-	-	81	22
Máquinas e equipamentos		32	14	-	-	46	-	-	-	-	46	32
Veículos		-	578	-	-	578	-	-	-	-	578	-
		54	651	-	-	705	-	-	-	-	705	54
Total Curso		8.951	1.849	-	(129)	10.725	-	-	-	-	10.725	9.005
Total do Ativo Imobilizado		159.987	1.849	-	-	161.890	(61.247)	(4.615)	-	(65.862)	96.028	98.794

(*) Adiantamentos (compensações) a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto					Amortização acumulada				Valor líquido	
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2022	31/12/2021	Amortização incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço												
Transmissão												
Servidões		1.412	-	-	-	1.412	-	-	-	-	1.412	1.412
Softwares	18,26%	115	-	-	-	115	(31)	(21)	-	(52)	63	84
Administração												
Softwares	20,00%	5	-	-	-	5	(4)	(1)	-	(5)	-	1
		1.532	-	-	-	1.532	(35)	(22)	-	(57)	1.475	1.497
Ativo Intangível em Curso												
Transmissão												
Outros intangíveis em curso		368	623	-	-	991	-	-	-	-	991	368
Total do Ativo Intangível		1.900	623	-	-	2.523	(35)	(22)	-	(57)	2.466	1.865
Total		(3.273)	-	-	-	(3.273)	-	-	-	-	(3.273)	(3.273)

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Taxas anuais médias de depreciação	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado e intangível					
Em serviço					
Transmissão	3,04%	152.692	(65.914)	86.778	91.285
Administração	20,00%	5	(5)	-	1
		152.697	(65.919)	86.778	91.286
Em curso - Transmissão				-	
Transmissão		11.011	-	11.011	9.319
Administração		705	-	705	54
		11.716	-	11.716	9.373
Total do imobilizado e intangível		164.413	(65.919)	98.494	100.659

Composição das adições do imobilizado por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	1.041	-	1.041
Outras adições	-	1.431	1.431
Total das adições do imobilizado em curso	1.041	1.431	2.472

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	239	215
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	149	65
Outros	85	56
Ativo circulante	473	336
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.852	7.653
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	229	450
INSS, FGTS, ISS e ICMS	90	168
Outros	36	37
Passivo circulante	11.207	8.308

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - ativo	-	2.316
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - passivo	(22.343)	(21.061)
Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL - passivo	(22.343)	(18.745)

A administração da Companhia optou pela transição do regime de tributação de lucro real para lucro presumido a partir de 1º de janeiro de 2023 para fins de redução da carga tributária.

9. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber - OCR, Outras Contas a Pagar - OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transações com empresas ligadas					
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") - CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Transações com empresas ligadas				
1	OCR x Reembolso de custos de CCI – STC	7	22	110	96
2	PSTEL – CEMIG	167	166	1.978	1.861
		174	188	2.088	1.957

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção

Transações com Controladores

1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" – Taesa	R\$69 Valor mensal	25/01/2018 a 24/01/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos. Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$2.386, a contratante poderá requer a revisão.
2	OCP x Outras receitas – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
3	OCP x Outras despesas – O&M – Taesa	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 30/11/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
4	OCP x Outras despesas – O&M (LT Barra Grande) – Taesa	R\$21 Valor mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Contrato encerrado.
5	OCP x Serviço de terceiros – O&M - CEEE GT	R\$1.770	23/06/2021 a 23/12/2021	Juros de 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	A presente operação entres ETAU e CEEE é referente a execução dos serviços de O&M e envio da dados durante o período de transição das atividades para a Taesa.
6	OCP x Serviço de terceiros – O&M - CEEE GT	R\$ 2.473 valor anual	N/A	N/A	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
7	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	R\$10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a. + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021

Transações com Controladores

1	Back office - Taesa	-	-	-	1.092
2	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	160	88	1.747	88
3	Serviços de O&M - Taesa	16	17	188	215
4	Serviços de O&M (LT - Barra Grande) - Taesa	21	36	147	302
6	Serviços de O&M - CEEE GT	-	-	1.742	-
7	O&M - CEEE GT	-	377	35	3.722
		197	518	3.859	5.419

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Dividendos pagos	Dividendos obrigatórios e adicionais	31/12/2022
Dividendos a pagar à Taesa	206	(14.483)	14.603	326
Dividendos a pagar à DME	40	(2.755)	2.777	62
Dividendos a pagar à CEEE – GT	28	(1.915)	1.931	44
	274	(19.153)	19.311	432

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Montante
Dividendos adicionais	2021	26/04/2022	AGO	01/12/2022	19.153
					19.153

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do Financiamento							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	-
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	-
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	-
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	-
BNDES Giro	19/07/2018	CCB-subcrédito A	10.273	10.273	15/08/2023	TLP + 2,78%a.a	8

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2021	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2022
BNDES - Giro	5.750	511	(545)	(3.424)	2.292
Total	5.750	511	(545)	(3.424)	2.292
Circulante	3.468				2.292
Não circulante	2.282				-

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2020	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2021
BNDES - Automático (a)	2.442	63	(60)	(2.445)	-
BNDES - Finame Alston (a)	7	-	-	(7)	-
BNDES - Finame Toshiba (a)	75	-	-	(75)	-
BNDES - Giro (b)	9.195	1.173	(1.195)	(3.423)	5.750
Total	11.719	1.236	(1.255)	(5.950)	5.750
Circulante	6.012				3.468
Não circulante	5.707				2.282

(a) Os recursos foram captados com o objetivo de financiar a construção de novos reforços na subestação de Lagoa Vermelha II. (b) Possui carta fiança da controladora em conjunto TAESA.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Total
TLP	2.292	2.292
Total	2.292	2.292

O empréstimo possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato.

Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

11. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e tributários.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis e tributários, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$106 em 31 de dezembro de 2022 (R\$361 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2021	Adições	Reversões	Atualização	Baixas	Servidões (*)	31/12/2022
Cíveis	124	29	-	134	(50)	20	257
Tributários	17	-	(10)	(7)	-	-	-
	141	29	(10)	127	(50)	20	257

(*) Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes zona de exclusão para passagem de redes de transmissão.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$105 (R\$56 em dezembro de 2021), sendo R\$69 referentes a contingências cíveis e R\$36 a contingências tributárias (R\$32 contingências cíveis e R\$24 contingências tributárias em dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.571)	(9.095)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.598)	(336)
	(16.169)	(9.431)

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	2022	2021
Lucro antes dos impostos	41.661	27.737
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%	(14.165)	(9.431)
Ajuste referente a Alteração Regime Tributário	(2.004)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social - resultado	(16.169)	(9.431)
Alíquota efetiva	39%	34%

A administração da Companhia optou pela transição do regime de tributação de lucro real para lucro presumido a partir de 1º de janeiro de 2023 para fins de redução da carga tributária.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R\$34.895 representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Composição acionária (*)	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesá	26.387.488	75,6189	26.387.488	75,6189
DME	5.018.340	14,3811	5.018.340	14,3811
CEEE-T	3.489.536	10,0000	3.489.536	10,0000
Total	34.895.364	100,0000	34.895.364	100,0000

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário	31/12/2022	31/12/2021 (*)
Lucro líquido do exercício	43.228	27.370
- Dividendos obrigatórios	(432)	(274)
- Dividendos adicionais propostos	-	(18.879)
- Reserva de lucros a realizar	(42.796)	(8.217)

(*) A AGO de 26 de abril de 2022 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021.

14. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator Seguros	20/09/2022 a 19/09/2023	10.000	-	1
Risco operacional	Mapfre Seguros	01/12/2022 a 01/12/2023	-	14.481	46
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ezze Seguradora	19/09/2022 a 18/09/2023	60.000	-	2

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	18.997	6.032
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	580	499
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6.190	5.149
	25.767	11.680
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.345	809
- Empréstimos e financiamentos	2.292	5.750
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	7.329	5.146
	10.966	11.705

15.4. Risco de mercado

15.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

15.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI (a)	12,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	18.997	68

15.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

15.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("covenants"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total
Pós-fixada	(306)	(608)	(1.470)	(2.384)

15.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

15.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

15.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	18.997	6.032	Nível 2

16. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	25.493	18.306
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,73056	0,52460

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

17. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão	56.246	45.328
Parcela variável	(1)	(68)
Receita bruta	56.245	45.260
PIS e COFINS Correntes	(2.533)	(2.081)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE	(1.798)	(1.846)
Tributos e encargos	(4.331)	(3.927)
Receita líquida	51.914	41.333

18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
- Remuneração direta	(2.273)	(596)
- Benefícios	(428)	(211)
- FGTS e INSS	(337)	(219)
Pessoal	(3.038)	(1.026)
Materiais	(108)	(40)
Serviços de terceiros	(3.285)	(6.788)
Depreciação e amortização	(4.638)	(4.654)
- Indenizações	(19)	(79)
- Outros	(218)	(88)
Outros custos operacionais	(237)	(167)
Total custos e despesas	(11.306)	(12.675)

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Renda de aplicação financeira	1.883	424
Atualização monetária de depósitos judiciais	27	38
Receitas financeiras	1.910	462
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(511)	(1.226)
- Variação monetária	-	(10)
	(511)	(1.236)
Atualização monetária de contingências	(127)	(57)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(218)	(90)
Despesas Financeiras	(856)	(1.383)
	1.054	(921)

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, 45,45% (20% em 31 de dezembro de 2021) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes Relacionadas.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – O empreendimento está regular com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado (licença de operação vigente).

Licença ambiental				
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento	Órgão emissor
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	01/10/2021	01/10/2031	IBAMA

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de dividendos – Em 15 de março de 2023, a Companhia realizou o pagamento de R\$4.535 de dividendos intermediários, aprovados em RCA de 16 de fevereiro de 2023.

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		19.577	-	19.577	6.531	-	6.531
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		5.642	-	5.642	4.837	-	4.837
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	23.494	23.494	-	21.680	21.680
Impostos e contribuições sociais correntes		473	-	473	336	-	336
Outras contas a receber e outros ativos		924	-	924	329	-	329
Total dos ativos circulantes		26.616	23.494	50.110	12.033	21.680	33.713
<i>Ativos não circulantes</i>							
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		548	-	548	312	-	312
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	126.155	126.155	-	124.421	124.421
Outras contas a receber		102	-	102	178	-	178
Depósitos judiciais		106	-	106	361	-	361
Direito de uso	(v)	-	47	47	-	27	27
Imobilizado	(iv)	96.028	(95.323)	705	98.794	(98.740)	54
Intangível	(iv)	2.466	(2.466)	-	1.865	(1.865)	-
Total dos ativos não circulantes		99.250	28.413	127.663	101.510	23.843	125.353
Total dos ativos		125.866	51.907	177.773	113.543	45.523	159.066

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Balanco Patrimonial							
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		1.345	-	1.345	809	-	809
Empréstimos e financiamentos		2.292	-	2.292	3.468	-	3.468
Passivo de arrendamento	(v)	-	69	69	-	37	37
Impostos e contribuições sociais correntes		11.207	-	11.207	8.308	-	8.308
Taxas regulamentares		1.180	-	1.180	971	-	971
Dividendos e JCP a pagar		432	-	432	274	-	274
Outras contas a pagar		875	-	875	974	-	974
Total dos passivos circulantes		17.331	69	17.400	14.804	37	14.841
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	2.282	-	2.282
Impostos e contribuições sociais diferidos	(ii)	22.343	4.609	26.952	18.745	12.608	31.353
Tributos diferidos	(iii)	-	5.031	5.031	-	8.416	8.416
Obrigações especiais	(iv)	3.273	(3.273)	-	3.273	(3.273)	-
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		257	-	257	141	-	141
Outras contas a pagar		7.330	-	7.330	5.147	-	5.147
Total dos passivos não circulantes		33.203	6.367	39.570	29.588	17.751	47.339
Total dos passivos		50.534	6.436	56.970	44.392	17.788	62.180
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Reserva de lucros		85.908	-	85.908	43.112	-	43.112
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	18.879	-	18.879
Prejuízos acumulados		(45.471)	45.471	-	(27.735)	27.735	-
Total do patrimônio líquido	(vi)	75.332	45.471	120.803	69.151	27.735	96.886
Total dos passivos e do patrimônio líquido		125.866	51.907	177.773	113.543	45.523	159.066

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		56.246	(56.246)	-	45.328	(45.328)	-
Operação e manutenção		-	19.472	19.472	-	16.644	16.644
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	19.951	19.951	-	18.979	18.979
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	7.914	7.914	-	13.354	13.354
Parcela variável		(1)	-	(1)	(68)	-	(68)
Outras receitas		-	12.458	12.458	-	8.174	8.174
Receita bruta	(vii)	56.245	3.549	59.794	45.260	11.823	57.083
PIS e COFINS Corrente		(2.533)	-	(2.533)	(2.081)	-	(2.081)
PIS e COFINS Diferidos		-	3.384	3.384	-	(2.611)	(2.611)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.798)	-	(1.798)	(1.846)	-	(1.846)
Tributos e encargos	(viii)	(4.331)	3.384	(947)	(3.927)	(2.611)	(6.538)
Receita operacional líquida		51.914	6.933	58.847	41.333	9.212	50.545
<i>Custos operacionais</i>							
Pessoal		(2.380)	-	(2.380)	(973)	-	(973)
Material		(108)	(1.821)	(1.929)	(40)	(174)	(214)
Serviços de terceiros		(2.611)	-	(2.611)	(5.141)	-	(5.141)
Depreciação e amortização		(4.638)	4.480	(158)	(4.653)	4.599	(54)
Outros custos operacionais		(124)	151	27	(45)	45	-
	(ix)	(9.861)	2.810	(7.051)	(10.852)	4.470	(6.382)
Lucro Bruto		42.053	9.743	51.796	30.481	13.682	44.163
<i>Despesas gerais e administrativas</i>							
Pessoal e administradores		(658)	-	(658)	(53)	-	(53)
Serviços de terceiros		(674)	-	(674)	(1.647)	-	(1.647)
Depreciação e amortização		-	-	-	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais		(113)	-	(113)	(122)	-	(122)
		(1.445)	-	(1.445)	(1.823)	-	(1.823)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições		40.608	9.743	50.351	28.658	13.682	42.340
Receitas financeiras		1.910	-	1.910	462	-	462
Despesas financeiras	(v)	(856)	(7)	(863)	(1.383)	(2)	(1.385)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		1.054	(7)	1.047	(921)	(2)	(923)
Lucro antes dos impostos e contribuições		41.662	9.736	51.398	27.737	13.680	41.417
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.571)	-	(12.571)	(9.095)	-	(9.095)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(x)	(3.598)	7.999	4.401	(336)	(4.616)	(4.952)
Imposto de renda e contribuição social		(16.169)	7.999	(8.170)	(9.431)	(4.616)	(14.047)
Lucro líquido do exercício	(xi)	25.493	17.735	43.228	18.306	9.064	27.370

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i) e (v), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado, intangível e obrigações especiais

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado intangível e obrigações especiais reconhecidas no passivo, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, líquido das obrigações especiais foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

(v) Direito de uso e passivo de arrendamento

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 01 de janeiro de 2022, porém a administração optou por não adotar os efeitos do CPC 06(R2) por considerar que os custos para tal superam os benefícios ao leitor, isso diante da imaterialidade dos saldos de arrendamento não vinculados a concessão, conforme conciliação demonstrada no item (vi).

(vi) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	120.803	96.886
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(149.649)	(146.101)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	(47)	(27)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	97.789	100.605
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	69	37
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	4.609	12.608
Tributos diferidos (CPC 47)	5.031	8.416
Obrigações especiais (CPC 47)	(3.273)	(3.273)
Patrimônio líquido regulatório	75.332	69.151

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(vii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(viii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(ix) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(xi) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2022	2021
Lucro societário do exercício	43.228	27.370
Receita bruta (CPC 47)	(3.549)	(11.823)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	(3.384)	2.611
Depreciação e amortização (CPC 47)	(4.480)	(4.599)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	1.670	129
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))	7	2
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(7.999)	4.616
Lucro regulatório do exercício	25.493	18.306

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Geral e Diretor Financeiro
Marcelo Dias Loichate	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Vago	Leonardo Bonorino Gonçalves (TAESA)
André Luiz Gomes da Silva (CEEE-T)	Rodolfo Coli da Cunha (CEEE-T)
Marco César Castro de Oliveira (DME)	Marcos Rogério Alvim (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49